

## CAPÍTULO 5

# Corpos negros de mulheres cotistas na USP: escrevivências transformadoras na universidade

*Simone Lima Azevedo*

*Elizabete Franco Cruz*

Na contramão do padrão colonial que naturaliza invisibilidade, silenciamento e epistemicídio, o direito ao acesso ao ensino superior, impulsionado nas universidades federais pela política de ações afirmativas legitimada na Lei de Cotas – Lei 12.711/2012 – e endossado por instituições estaduais, como a Universidade de São Paulo (USP), tem sido ampliado a um número cada vez maior de estudantes negros e negras.

De acordo com a conceituação precisa de Santos (2003), ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, por meio do princípio da equidade, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Para além do conceito, operamos a partir da compreensão de Piovesan (2008), para quem as ações afirmativas são tomadas como ação de discriminação positiva

a favor de grupos ou indivíduos socialmente vulneráveis e previstas na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Ela foi aprovada pelas Nações Unidas em 1965 e ratificada por 170 países, entre os quais o Brasil. Tais ações afirmativas surgem da insuficiência de tratar o indivíduo de forma genérica, sem considerar as peculiaridades e particularidades inerentes ao sujeito que é produto de uma construção social e histórica.

Nessa perspectiva, concordamos com a autora sobre as ações afirmativas serem necessárias sempre que há violações de direitos, o que exige uma medida diferenciada e particularizada de proteção ou incentivo para esses sujeitos ou grupos violados. Ou seja, além de reduzir desigualdades históricas e estruturais, as ações afirmativas são mecanismo impulsionador de transformação social. E as violações de que fala a autora são visíveis em todas as estatísticas oficiais sobre desigualdades de raça e gênero no país.

Um estudo recente realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2020) mostra que o percentual de discentes negros nas universidades federais subiu de 34,2%, em 2003, para 51,2%, em 2018, embora o acesso continue desigual entre brancos e negros. Apesar dos avanços, em 2017 a população negra ainda correspondia a 32% das pessoas com ensino superior completo, segundo a pesquisa. E considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros tinham ensino superior completo, enquanto na população branca esse percentual havia chegado a 22,9%.

Um dos entraves para a ampliação do acesso ao ensino superior tem sido a não conclusão do ensino médio, de acordo com a pesquisa. Considerando-se pessoas acima de 25 anos, mais de 60% da população negra não completou o ensino médio, enquanto na população branca esse grupo corresponde a 45,6% (Ipea, 2020).

Em relação à interseccionalidade entre as desigualdades raciais e de gênero, a quinta e mais recente edição da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das IFES, realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), mostra que a participação de mulheres nas 63 universidades federais e nos dois institutos pesquisados é majoritária, correspondendo a 54,6% dos discentes, superior à participação feminina no total da população (Andifes, 2019).

Contudo, os resultados do estudo do Ipea (2020) revelam que, embora sua participação tenha se elevado de modo recente, dados de 2017 mostram que mulheres negras com ensino superior completo (19,7%) ainda são praticamente metade do contingente de mulheres brancas – 38,2%.

Esses dados mostram que desigualdades estruturais e históricas que atravessaram séculos sendo naturalizadas e reproduzidas no país não se desconstroem em apenas uma década de enfrentamento. Contudo, a política de ações afirmativas para ingresso no ensino superior é um elemento indispensável da transformação que está em curso nas universidades públicas – e para além delas –, embora não seja por si só capaz de dar conta de toda a mudança necessária no âmbito das políticas institucionais e acadêmicas e nos processos formativos. Por isso, há a necessidade de que outras políticas afirmativas as complementem, como as políticas de permanência estudantil.

As cotas raciais são o primeiro passo institucional para ampliar e fortalecer o acesso da população negra às universidades, por isso sua importância histórica e política enquanto conquista da luta do Movimento Negro. Porém, seu potencial pleno depende de que sua implantação não seja feita de forma fragmentada e meramente quantitativa. E depende também do quão as universidades são capazes de fomentar a permanência e as condições de estudo (incluindo maior ou menor grau de racismo) nas diferentes instituições.

### Ações afirmativas no ensino superior: tessituras da resistência

A luta pela transformação antirracista da universidade pública foi e continua sendo protagonizada pelo Movimento Negro nos últimos 40 anos e teve como resultado mais importante o reconhecimento da constitucionalidade das cotas raciais pelo Supremo Tribunal Federal, em abril de 2012, e a sanção da lei que institui as cotas no ensino superior em universidades e institutos federais, em agosto do mesmo ano (Lei 12.711/2012).

A decisão do Supremo derrubou a ação apresentada, em 2009, pelo partido Democratas, que contestava a legitimidade do regime de cotas raciais adotado pela Universidade de Brasília (UnB) e acusava sua política de violar os princípios constitucionais de igualdade, de dignidade da pessoa humana, de repúdio ao racismo, de meritocracia e do direito universal à educação.

Matilde Ribeiro (2014) destaca que a criação do Movimento Negro Unificado, em 1978, enquanto unificação da luta de grupos e organizações antirracistas do país, teve como tônica a contestação da ordem social vigente, o fortalecimento de uma visão positiva sobre a negritude, desconstruindo estereótipos e ideias pejorativas entre o povo negro. Da mesma maneira, também existe o incentivo para o negro assumir sua condição racial com orgulho de sua cor e raça. E as cotas raciais nas universidades são prova de que essa luta tem dado frutos importantes para o processo de mudança social.

Abrindo caminho para a criação das cotas, o papel contestatório desempenhado pelo Movimento Negro Unificado, na década de 1990, resultou no reconhecimento oficial por parte do Estado da existência da discriminação racial e do racismo no Brasil, em novembro de 1995, e na implantação do Grupo de Trabalho Interministerial, criado com a função de fomentar políticas públicas de valorização da população negra. O GTI foi o lugar de origem e aprimoramento dos primeiros conceitos nacionais de ação afirmativa (Santos, 2003; Silvério, 2002). Mas em 1983, então deputado, Abdias do Nascimento já defendia, em seu Projeto de Lei (PL) no 1.332/ 1983, a concessão de bolsas de estudo para estudantes negros em todas as etapas educacionais.

Ribeiro (2014) ressalta que, em novembro de 1995, com a realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida, o Movimento Negro apresentou ao então presidente da República o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que se configurou como importante instrumento propositivo para as políticas de ação afirmativa no país.

Tendo a Conferência de Durban, realizada em 2001 pela Organização das Nações Unidas (ONU), como um divisor de águas na história da ação afirmativa no Brasil, vários projetos de lei com propostas de cotas nas universidades públicas que, até o final dos anos de 1990, não tinham sido aprovados, foram reformulados a partir daquele ano. O evento aconteceu, inclusive, sete anos após o fim formal do regime do apartheid na África do Sul e reuniu representantes de 170 países (Azevedo, 2019; Ribeiro, 2014).

No ano seguinte à conferência, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual Norte-Fluminense (UENF) passaram a adotar o sistema de cotas no vestibular com a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e 40% para negros de escolas públicas ou particulares; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) aprovou a adoção de cotas de 40% das vagas para alunos de escolas públicas na graduação e na pós-graduação; a Universidade do Estado do Mato Grosso implantou um programa de reserva de 200 vagas do curso superior para indígenas; a Universidade Estadual do Paraná reservou três vagas para indígenas em todos os cursos e em todos os campi; e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) criou cotas de 100 vagas para normalistas negras em um curso de Pedagogia (Carvalho, 2005).

Nos dois anos seguintes, cotas para negros foram aprovadas na Universidade de Brasília, na Universidade Federal do Paraná, na Universidade Federal do Alagoas e na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Em 2004, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal de São Paulo, na Universidade de Londrina, na Universidade Estadual de Minas Gerais e na Universidade Estadual de Pernambuco. E, em 2005, na Universidade Estadual de Mato Grosso (Carvalho, 2005).

Os exemplos elencados acima, a partir da obra de Carvalho (2005), mostram o pioneirismo das universidades que adotaram políticas afirmativas de ingresso com diferentes formatos e modalidades dez anos antes da existência da Lei de Cotas. Esse posicionamento foi fundamental para sustentar e defender a compressão da existência do racismo como elemento inegável da desigualdade no acesso ao ensino superior e mudar o perfil discente nas universidades, enegrecendo campus e salas de aulas, conforme revelam os dados das pesquisas estatísticas apresentados no início do capítulo. Essa compreensão, inclusive, vai ser determinante para definir os encaminhamentos futuros sobre a revisão da Lei de Cotas, em curso após completar dez anos de existência e implementação em 2022.

Mas, enquanto algumas instituições tomaram a dianteira desse processo de transformação antes da obrigatoriedade da lei, outras demoraram mais uma década para reconhecer a necessidade de mudança. E este é o caso da Universidade de São Paulo.

### Ações afirmativas na USP: tessituras do enfrentamento

Na Universidade de São Paulo, as cotas raciais se tornaram parte da política universitária para a redução da desigualdade racial no acesso no vestibular de 2018, ano em que 39% dos alunos ingressantes pelas vagas reservadas para estudantes de escolas públicas (43%) se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. Em 2019, a USP registrou 42% de alunos matriculados oriundos de escolas públicas e, destes, 45,8% autodeclarados pretos, pardos e indígenas. No ano seguinte, foram 47,8% de alunos matriculados oriundos de escolas públicas em seus cursos de graduação, e, dentre eles, 44,1% autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Já em 2021, a USP elevou esses percentuais para 51,7% e, dentro deste percentual, 44,1%, respectivamente (Cruz, 2021).

Diferentemente do formato adotado nas universidades federais, que são contempladas pela Lei de Cotas, na USP o sistema de reserva de vagas foi feito de forma escalonada, com aumento gradual do percentual de vagas reservadas até atingir 50% em cada curso e turno a partir de 2021. Para ingresso em 2018, foram reservadas 37% das vagas de cada unidade de ensino e pesquisa; em 2019, a porcentagem foi de 40% de vagas reservadas de cada curso de graduação; para 2020, a reserva das vagas em cada curso e turno foi de 45%; e no ingresso de 2021 e nos anos subsequentes, a reserva de vagas deverá atingir os 50% por curso e turno (Cruz, 2021).

Nesse modelo, a cota racial é feita de forma combinada com a reserva de vagas para alunos de escolas públicas, na qual também incide o percentual de 37,5% para

estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, definido pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Estado de São Paulo (IBGE) (Cruz, 2021). Desse modo, alunos pretos, pardos e indígenas concorrem às cotas raciais dentro do escopo das vagas reservadas para estudantes de escolas públicas e não para a totalidade das vagas.

Além do atraso de seis anos em relação à Lei de Cotas para adotar uma política afirmativa de cunho racial para as políticas de ingresso, a decisão da Universidade de São Paulo de manter as cotas raciais restritas às vagas da reserva demonstra como o racismo institucional é uma realidade pungente na universidade e como a desigualdade racial no acesso permanece sendo reproduzida mesmo com a execução de uma política afirmativa. O privilégio racista de ter garantida a maior parte das vagas livres da incidência da cota racial permanece inalterado, apesar dos avanços alcançados com o modelo adotado.

Como ideologia discriminatória que cria e aprofunda desigualdades entre brancos e negros, o racismo consegue impor barreiras às políticas afirmativas criadas para combatê-lo, controlando e restringindo a amplitude da ascensão negra a quadros que não ameacem a hegemonia branca. A desigualdade dessa estrutura provocou e ainda provoca numerosos autores a engrossarem o debate sobre a importância das cotas raciais e, com isso, já existem inúmeras pesquisas sobre ações afirmativas no ensino superior, a partir de diferentes abordagens. Todas elas demonstram, todavia, que a não existência de relações raciais conflituosas é puramente um mito que se acopla à lógica da meritocracia para continuar reproduzindo assimetrias e silenciamentos.

Entre as principais pesquisas destacamos algumas que conduziram a aproximação teórica da pesquisadora com o debate político e acadêmico sobre as ações afirmativas: Carvalho (2005), que aborda as desigualdades raciais no ensino superior; Guimarães (2003), que discute as problemáticas do acesso; Santos (2014) e Coutinho (2018), que investigam a efetividade das cotas e as relações de raça e classe no contexto da Universidade Federal do Espírito Santo, instituição em que a pesquisadora também já desenvolveu pesquisas sobre as cotas raciais em estudos anteriores na esfera da graduação e do mestrado; Mattos (2003), que analisa o pioneirismo da Universidade do Estado da Bahia; Piovesan (2008), que discute a compatibilidade das ações afirmativas com a educação enquanto política social e as cotas a partir da perspectiva dos direitos humanos; Santos (2003), que desmistifica a questão meritocrática do acesso ao ensino superior; Silvério (2002), que aborda o combate ao racismo institucional; além de Ribeiro (2014), que atuou em defesa das políticas de promoção da igualdade racial junto ao Governo Federal e, como uma das poucas mulheres negras que alcançaram espaços de poder, apresenta importantes reflexões sobre as questões políticas envolvendo as cotas.

Inúmeros estudos comprovam a importância e a efetividade das cotas para a redução das desigualdades raciais nas diferentes universidades públicas do país, pois outras dezenas de autores poderiam ser elencados. Entretanto, a ampliação do usufruto desse direito para negros e pobres, no contexto de uma sociedade estruturada por opressões e desigualdades de raça, classe e gênero, não deixa de ser atravessada por tensões, conflitos, resistências e transformações que reverberam dentro e fora dos muros da universidade.

Uma dessas reverberações diz respeito à extensão das cotas raciais, inicialmente restritas à graduação, para cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Em 2015, o Ministério da Educação (MEC) criou um grupo de trabalho para propor mecanismos de inclusão em programas de pós-graduação no país, o que resultou na publicação da Portaria Normativa nº 13/2016, a qual estabelecia que as instituições de ensino superior deveriam apresentar propostas para inclusão de pretos e pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Acompanhando as iniciativas pioneiras de universidades que já estavam adotando ações afirmativas na pós-graduação, o documento baseia-se no Estatuto da Igualdade Racial, estabelecido pela Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010, no artigo 5º, § 3º da Lei de Cotas – Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – que diz que as instituições federais de educação podem, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade, e na constitucionalidade das políticas de ação afirmativa declarada pelo Supremo Tribunal Federal em 2012. Além disso, determina um prazo para as propostas serem apresentadas pelas universidades (Azevedo, 2019), o qual, oito anos depois, ainda não foi cumprido pelas instituições.

Também fruto da contestação do Movimento Negro, a criação do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, em 2013, pelo MEC, antecede essa portaria. Estabeleceu-se com o objetivo de propiciar formação e capacitação de estudantes pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

O programa previa a concessão de bolsas para a formação desses estudantes em áreas prioritárias para a promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, do estudo e da valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas. Também estabelecia a necessidade da acessibilidade e inclusão no Brasil, e da difusão do conhecimento da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, além de ampliar a participação e a mobilidade internacional e promover programas de acesso e permanência desses estudantes no mestrado e doutorado em universidades públicas no Brasil (Azevedo, 2019).



Alguns anos depois de todas essas iniciativas, em 2020, foi elaborado o Projeto de Lei 3489/20, determinando que as instituições federais de ensino superior reservem 50% das vagas nos programas de mestrado e doutorado a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e a pessoas com deficiência, alterando a Lei 12.711/12. Porém, essa discussão ainda permanece em tramitação na Câmara dos Deputados.

Enquanto o projeto não se torna lei, como aconteceu com a graduação, cada universidade possui um regulamento próprio sobre a questão. Mas nas instituições que não fizeram essa regulamentação geral, os programas têm tomado a decisão de adotar ou não uma política de ação afirmativa de cunho racial no âmbito da autonomia interna de cada colegiado. Por isso, há diferentes modalidades e abrangências, sem que haja um padrão de ações afirmativas para a pós-graduação *stricto sensu* no país como um todo.

Apesar da não obrigatoriedade, tem crescido a adesão às cotas raciais para mestrado e doutorado, graças ao tensionamento feito pelos estudantes negros da graduação, ainda que essa adesão seja minoritária. Até 2021, de um total de 108 universidades públicas no país, 29 instituições possuíam regulamentação de ações afirmativas na pós-graduação, conforme levantamento de Godinho (2021).

Segundo dados do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (Obaap), organização que reúne editais com políticas de inclusão em universidades públicas, até abril de 2023 um total de 52 universidades públicas possuíam resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação, ou seja, quase metade das instituições públicas.

Os dados mostram que, apesar de não determinar a obrigatoriedade de ações afirmativas, a portaria de 2016 do MEC contribuiu para a criação e aumento dessas políticas, mas ainda sem um movimento sólido para torná-las obrigatórias.

Na Universidade de São Paulo, como ainda não há um regulamento único sobre a questão, os programas decidem internamente. Em 2022, um Grupo de Trabalho de Políticas Afirmativas e de Inclusão na Pós-Graduação foi criado para formular uma política de cotas para a pós-graduação pensando modelos que possam ser adotados pelos mais de 260 cursos existentes na universidade. Segundo o Obaap, a USP conta com pelo menos 30 programas com cotas, em áreas como ciências biológicas, humanas, sociais aplicadas, da saúde e multidisciplinares. O último levantamento feito pela própria USP foi em 2020, com a resposta de 129 dos 268 programas, e havia cotas em apenas 15.

Além de absorver os egressos das cotas da graduação, ampliando as possibilidades educacionais e profissionais desses graduados como futuros docentes e pesquisadores, esse movimento interfere na dinâmica de privilégios históricos na formação



de uma cátedra branca, rica e masculina que se perpetua sem a dimensão da diversidade nos cursos de mestrado e doutorado do país. Com isso, criam-se novas configurações epistêmicas, promovendo olhares mais plurais e descolonizando a pesquisa científica. Contudo, ainda há muito o que ser feito, visto que menos de 12% dos programas de pós-graduação da USP tomaram a iniciativa de repensar políticas e estratégias menos desiguais de acesso.

### Para não concluir

É neste contexto da política de cotas e no movimento de múltiplas encruzilhadas das vivências no espaço acadêmico da USP que essas mulheres tecem suas subjetividades em variadas dimensões e afetam a universidade com suas presenças, vozes, estéticas e saberes, pois o movimento pessoal da vida de cada uma é um ato político de mudança social.

A importância desse processo, independentemente das particularidades de cada lócus de pesquisa, fez com que a trajetória de estudantes negras/os/es nas universidades, cotistas ou não, bem como de docentes negros, fosse tema de vários estudos, a partir de múltiplos olhares, tendo o racismo como elemento fundamental. Toda trajetória de sujeitos sociais e políticos, sejam eles hegemônicos ou não, atravessadas ou não por desigualdades e opressões, se dá em um lugar que também guarda sua própria história e trajetória, que se conectam na encruzilhada desse encontro. Conhecer as tessituras desse lugar faz parte do processo de compressão das trajetórias individuais e coletivas de quem o ocupa e o transforma com a sua presença.

Longe de serem conclusivas, as tessituras apresentadas neste artigo são o início do processo de pesquisa em questão e lançam luz sobre singularidades e tensionamentos que precisam ser compreendidos no processo de análise das narrativas das alunas negras cotistas que ocupam a Universidade de São Paulo.

### REFERÊNCIAS

- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. *V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das Ifes*. 2018. Brasília: Andifes; Fonaprace; Editora UFU, 2019. Disponível em: <http://bit.do/fqHaf>. Acesso em: 17 mai. 2022
- AZEVEDO, S. L. *Quando pretos pintam na Ufes, a universidade se pinta de preto: reflexões sobre racismos e antirracismos institucionalizados*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.
- CARVALHO, J. J. *Inclusão étnica e racial no Brasil – a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

- COUTINHO, A. L. *Afirmção política e política afirmativa: cotas para negros na Universidade Federal do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.
- CRUZ, A. Em 2021, USP tem mais de 50% de alunos ingressantes vindos de escolas públicas. *Jornal da USP*. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/em-2021-usp-tem-mais-de-50-de-alunos-ingressantes-vindos-de-escolas-publicas/>. Acesso em: 17 mai. 2022.
- GODINHO, I. Cresce número de universidades que adotam cotas na pós-graduação. Portal Geledés, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cresce-numero-de-universidades-que-adotam-cotas-na-pos-graduacao/#:~:text=Como%20o%20Brasil%20ainda%20n%C3%A3o,obrigat%C3%B3rias%20em%20todos%20os%20programas>. Acesso em: mai. 2022.
- GUIMARÃES, A. S. A. O acesso de negros às universidades públicas. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. *Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente*. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020.
- MATTOS, W. R. Ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. *Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep 2003.
- PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, set.-dez. 2008.
- RIBEIRO, M. *Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- SANTOS, S. A. Ação afirmativa e mérito individual. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (org). *Ações afirmativas – políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SANTOS, S. P. Os “intrusos” e os “outros” quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES. 2012. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, 2002.